

Alternativas são duas

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem duas alternativas para convocar extraordinariamente o Congresso Nacional em janeiro. A primeira é uma pauta enxuta, restrita às reformas constitucionais da Previdência, administrativa e tributária e a projetos importantes como o que cria o novo Código Civil, aquele que cria mecanismos para punir a lavagem de dinheiro, o que cria o contrato temporário e outro que trata da regulamentação dos planos de saúde, além da reedição de medidas provisórias. A segunda opção do presidente, é enviar ao Legislativo uma pauta repleta de projetos e emendas que estão prontos para serem votados nas duas casas.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), prefere a primeira hipótese. A experiência da convocação de julho refletiu resultados positivos na opinião pública, já que o Congresso restringiu seu trabalho a poucos temas e votou ou deu celeridade às propostas.

A outra hipótese tem a simpatia do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Para o senador, uma pauta ampla dinamizaria os trabalhos nas duas casas e motivaria os parlamentares a permanecer em Brasília a maior parte da semana, ora ocupados com os trabalhos das comissões,

ora com as votações em plenário.

Pesarão na decisão do presidente as opiniões do Legislativo, mas Fernando Henrique levará em conta o que de positivo poderá sair da convocação para fortalecer a economia, sinalizar positivamente ao capital externo e justificar à opinião pública os gastos de aproximadamente R\$ 26 milhões para manter toda a estrutura da Câmara e do Senado funcionando entre janeiro e fevereiro.

VANTAGEM

A polêmica entre Antônio Carlos e Temer tem na emenda do parlamentarismo mais uma pendência entre os dois representantes do Legislativo. Em respeito ao trabalho que o deputado Franco Montoro (PSDB-SP) vem fazendo à frente da Comissão Especial que analisa a emenda do parlamentarismo, Temer comprometeu-se a sugerir ao presidente que inclua a matéria na convocação. O senador Antônio Carlos é contra e já adiantou que brigará para derrubar a proposta.

O governo corre contra o relógio da eleição, que vai esquentar no início do ano que vem, esvaziando os trabalhos do Congresso. Num ponto, finalmente, Temer e Antônio Carlos estão de acordo. Se as duas reformas não forem concluídas até março, ficarão para 1999.